



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTEGRADO**

**PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA  
UMA EMPRESA COMERCIAL**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2019

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO

OCTÁVIO BASTOS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTEGRADO**

**PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA UMA  
EMPRESA COMERCIAL**

MÓDULO 05 – CONTABILIDADE APLICADA

CONTABILIDADE AVANÇADA – PROF. RODRIGO SIMÃO DA  
COSTA

ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS–  
PROF. RODRIGO SIMÃO DA COSTA

TEORIA DA CONTABILIDADE – PROF. RODRIGO SIMÃO DA  
COSTA

PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS - PROF. RODRIGO SIMÃO  
DA COSTA

CONTABILIDADE COMERCIAL – PROF. RODRIGO SIMÃO DA  
COSTA

Estudante:

Lívia Maria Mória, RA 17000862

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2019

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
2 PROJETO INTEGRADO	05
2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	05
2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNC. CONTÁBEIS	06
2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE	07
2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS	09
2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL	13
3 CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS	16

# 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tenta mostrar a proposta de um plano de contas para uma empresa comercial.

Com a necessidade, cada vez maior, de novos sistemas nas áreas de contabilidade e finanças, e sendo o plano de contas a ferramenta básica para a captação dos dados que alimentarão esses sistemas, é natural que as empresas busquem cada vez mais focar nesse instrumento, na medida em que as informações a serem fornecidas tornem-se mais complexas e sofisticadas, a empresa pode tomar as decisões cabíveis baseadas nessas informações.

A estrutura do plano de contas deve considerar extensivamente múltiplos aspectos de informação, daí se depreendendo que o plano de contas não pode ser encarado somente sob a ótica contábil, como quase sempre costuma acontecer. Na verdade, o plano de contas, como instrumento de captação de informações, deve ser muito mais abrangente e transcender à contabilidade em si, obedecendo à finalidade e ao objetivo básico de possibilitar a extração dos diversos tipos de relatórios que sejam necessários, sem que existam problemas de disponibilidade de informações.

## **2. PROJETO INTEGRADO**

### **2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA**

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, será determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social, sobre o patrimônio líquido de cada sociedade coligada ou controlada. Estão obrigadas a proceder à avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido as sociedades anônimas ou não que tenham participações societárias relevantes em:

- a) sociedades controladas;
- b) sociedades coligadas sobre cuja administração a sociedade investidora tenha influência;
- c) sociedades coligadas de que a sociedade investidora participe com 20% ou mais do capital social.

A Consolidação de Demonstrações são as demonstrações financeiras combinadas de uma empresa e suas subsidiárias. Ela permite avaliar a saúde geral de um grupo inteiro de empresas ao invés de somente a posição de uma empresa.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, as demonstrações consolidadas resultam da agregação das demonstrações contábeis (estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade), de duas ou mais entidades, das quais uma tem o controle direto ou indireto sobre a (s) outra(s).

Observe que uma empresa matriz pode operar como uma empresa separada além de suas subsidiárias. Assim, cada uma dessas entidades relata suas próprias demonstrações financeiras e opera seu próprio negócio. No entanto, como as subsidiárias são consideradas uma entidade econômica, para investidores, acionistas reguladores e clientes a consolidação de empresas avalia de forma mais completa a posição do grupo empresarial.

As principais demonstrações contábeis de uma empresa são compostas por:

- **Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE):** relatório que surge do regime de competência, ou seja, o registro do evento se dá na data em que aconteceu;
- **Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC):** relatório no qual o financeiro registra as entradas e saídas de caixa quando elas realmente aconteceram (contabilizando as Receitas, Custos, Despesas e Investimentos dentro do mês onde foram pagos ou recebidos)
- **Balço Patrimonial (BP):** um dos mais importantes demonstrativos em uma empresa tem a finalidade de representar a evolução do patrimônio total da organização em um determinado período de tempo. O BP é essencial para manter um controle de custos e também para acompanhamento do patrimônio da empresa.

## 2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS

O entendimento sobre os ativos e passivos é primordial para a compreensão dos componentes contábeis.

Um ativo é um recurso econômico presente, controlado pela entidade como resultado de eventos passados. E eles são avaliados com os seguintes critérios:

- Os direitos e títulos de crédito, e quaisquer valores mobiliários serão avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor;
- Estoques, os estoques serão avaliados pelo custo de aquisição/produção ou mercado, entre os dois o menor. Se o preço de mercado for menor do que o custo, faz-se a provisão para ajuste ao valor de mercado.
- Investimentos Relevantes em Sociedades Coligadas e Controladas, serão avaliados pelo preço de custo, corrigido monetariamente e ajustado pelo método

da equivalência patrimonial, ou seja, com base no patrimônio da coligada ou controlada

- Demais Investimentos, serão avaliados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente, deduzido da provisão para perdas prováveis na realização de seu valor, ou da provisão para redução ao valor de mercado, quando este for inferior.
- Imobilizado, os bens do imobilizado serão avaliados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente, deduzido da depreciação, amortização ou exaustão acumulada e acrescido eventualmente do valor de reavaliação efetuada.
- Ativo Diferido, o Ativo Diferido será avaliado pelo valor das despesas ou preço de custo, corrigido monetariamente, deduzido da amortização acumulada.

Já o passivo compreende a origem dos recursos que correspondem às obrigações para com terceiros. Ou seja, representa uma obrigação decorrente de fatos passados na organização. Os critérios de avaliação do passivo são:

Exigibilidades, as obrigações, encargos e riscos, inclusive o imposto de renda, serão avaliados pelo valor atualizado até a data do balanço.

Obrigações em moeda estrangeira com cláusula de paridade cambial, os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, serão convertidos em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

Obrigações sujeitas a correção monetária, serão atualizadas até a data do balanço.

Resultados de Exercícios Futuros serão avaliados pelo seu valor líquido (receita menos despesas e custos a ela correspondente).

Patrimônio Líquido, pelo seu valor, corrigido monetariamente.

## 2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE

Os princípios contábeis são princípios que direcionam as ações dos profissionais da área contábil e devem ser obedecidos por todos no exercício da função. Alguns desses princípios atualmente aceitos, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis são:

- **Compreensibilidade** é que determina que todas as informações transmitidas pela contabilidade e constantes nos relatórios contábeis precisam possuir clareza para que sejam entendidas por seus usuários.

- **Relevância**, as informações transmitidas pela contabilidade são avaliadas como relevantes, quando causam efeitos sobre as decisões econômicas dos usuários, no momento em que eles avaliarem ou efetuarem melhorias nos eventos passados.
- **Materialidade** destaca que é preciso distinguir entre fatos relevantes, que trarão benefícios e os que não resultam em privilégios. Pode-se afirmar que a informação é material quando reflete nas decisões econômicas da organização.
- **Confiabilidade** refere-se a confiança sobre informações prestadas pela contabilidade, ou seja, a importância de não existirem erros ou falhas nessas informações.
- **Entidade** é o princípio que garante que o patrimônio do sócio não se misture com o patrimônio da organização.
- Já as Convenções contábeis surgiram fundamentadas na margem de autonomia que os princípios contábeis possibilitam ao contador quanto a escrituração das transações da entidade, ou seja, dos acontecimentos ocorridos.

As convenções são mais diretas e possuem a tarefa de apontar o comportamento correto que deve ser considerado no exercício da profissão de contador. Essas convenções são considerações usadas para orientação para o profissional desta área.

As convenções propõem-se a estreitar o alcance dos princípios contábeis, estabelecendo com maior exatidão e transparência o seu significado.

São, portanto, um complemento dos princípios. Algumas das convenções são: Objetividade, essa convenção relaciona-se com o aspecto de neutralidade, que deve estar presente na escrituração dos fatos que abrangem a gestão do patrimônio.

- **Materialidade**, essa convenção diz que a contabilidade não precisa se preocupar com valores e eventos sem grande relevância com relação ao registro e controle.
- **Consistência**, essa convenção representa o padrão, o uso de métodos uniforme durante um período e determinam que os procedimentos escolhidos nos registros dos atos e fatos administrativos devem permanecer constantes, sem muitas modificações.
- **Conservadorismo**, essa convenção diz que o contador deve ter um comportamento tradicional, se tratando dos resultados que serão mostrados.



A conduta cautelosa do profissional pode ser vista, por exemplo, no ato de antecipar o prejuízo e não o lucro, assim essas ações não causaram efeitos sobre os acionistas.

## 2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS

O serviço de escrituração é uma atividade primordial do contador e consiste no registro de qualquer fato contábil que ocorre nos trâmites de uma empresa em um determinado período, em relação ao seu patrimônio. A escrituração contábil é uma atividade restrita apenas a contadores habilitados e requer um amplo conhecimento da norma jurídica e das técnicas da profissão.

Plano de Contas é o conjunto de contas, previamente estabelecido, que norteia os trabalhos contábeis de registro de fatos e atos inerentes à entidade, além de servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações contábeis.

A montagem de um Plano de Contas deve ser personalizada, por empresa, já que os usuários de informações podem necessitar detalhamentos específicos, que um modelo de Plano de Contas geral pode não compreender.

O principal objetivo do plano de contas é estabelecer normas de conduta para o registro das operações da organização e, na sua montagem, devem ser levados em conta três objetivos fundamentais:

- a) Atender às necessidades de informação da administração da empresa;
- b) Observar formato compatível com os princípios de contabilidade e com a norma legal de elaboração do balanço patrimonial e das demais demonstrações contábeis (Lei 6.404/76, a chamada "Lei das S/A");
- c) Adaptar-se tanto quanto possível às exigências dos agentes externos, principalmente às da legislação do Imposto de Renda.

O centro de custo é uma maneira de separar uma empresa em vários setores, cada um deles com uma parcela de responsabilidades operacionais, financeiras e econômicas. Todos os centros de custos juntos representam a empresa inteira, mas cada um possui independência quando comparado com o outro. Ele serve para deixar os diversos setores de uma empresa com mais autonomia, fragmentando-a em diversos pequenos setores, e

estes serão responsáveis tanto pela geração de receitas quando pela aplicação dos recursos em despesas. Por isso, a denominação de centro de custo.

## **1 – ATIVO**

### **1.1 - CIRCULANTE**

1.1.1 - Disponível

1.1.1.001 - Caixa

1.1.1.002 - Bancos Conta Movimento

1.1.2 - Realizações

1.1.2.001 - Clientes

1.1.2.002 - ( - ) Duplicatas Descontadas

1.1.2.003 - Aplicações Financeiras

1.1.2.004 - Impostos a Recuperar

1.1.2.005 - Despesas do Exercício Seguinte

1.1.2.006 - ( - ) Provisão para Devedores Duvidosos

1.1.3 – Estoques

1.1.3.001 - Estoque de Mercadorias

1.1.3.002 - (-) Provisão para Ajuste ao Valor de Mercado

### **1.2 - NÃO CIRCULANTE**

1.2.1 - Realiza a Longo prazo

1.2.1.001 - Títulos a Receber

1.2.2 - Investimentos

1.2.2.001 - Participações em Outras Cias

1.2.2.002 - Imóveis para Renda

1.2.3 – Imobilizado

1.2.3.001 - Equipamentos de Informática

1.2.3.002 - Imóveis

1.2.3.003 - Instalações

1.2.3.004 - Máquinas e Equipamentos

1.2.3.005 - Móveis e Utensílios

1.2.3.006 - Veículos

1.2.3.007 - (-) Depreciação Acumulada

1.2.4 - Intangível

1.2.4.001 - Marcas e Patentes

1.2.4.002 - Capital Intelectual

1.2.4.002 - (-) Amortização Acumulada

## **2- PASSIVO**

### **2.1 – CIRCULANTE**

2.1.1 - Obrigações

- 2.1.1.001 - Fornecedores
- 2.1.1.002 - Aluguéis a Pagar
- 2.1.1.003 - Empréstimos a Pagar
- 2.1.1.004 - ICMS a Recolher
- 2.1.1.005 - Imposto de Renda a Pagar
- 2.1.1.006 - IR Fonte a Recolher
- 2.1.1.007 - Contribuições Previdenciárias a Recolher
- 2.1.1.008 - FGTS a Recolher
- 2.1.1.009 - Honorários da Diretoria a Pagar
- 2.1.1.010 - Salários a Pagar
- 2.1.1.011 - Dividendos a pagar
- 2.1.1.012 - Outras Obrigações a Pagar

## **2.2 – NÃO CIRCULANTE**

- 2.2.1 – Obrigações
- 2.2.1.001 - Financiamentos a Pagar

## **2.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- 2.3.1 – Capital
- 2.3.1.001 - Capital
- 2.3.1.002 - ( - ) Capital a Realizar
  
- 2.3.2 - Reservas de Capital
- 2.3.2.001 - Ágio na Emissão de Ações
  
- 2.3.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial
- 2.3.3.001 - Aumentos Atribuídos a Bens do Ativo
  
- 2.3.4 - Reservas de Lucros
- 2.3.4.001 - Reserva Legal
  
- 2.3.5 - Ações em Tesouraria
- 2.3.5.001 - Aquisição de Ações Próprias
  
- 2.3.6 - Lucros ou Prejuízos Acumulados
- 2.3.6.001 – Lucros Acumulados
- 2.3.6.002 – ( - ) Prejuízos Acumulados

## **3 - DESPESAS**

### **3.3 – DESPESAS OPERACIONAIS**

- 3.3.1 – Despesas com Vendas
- 3.3.1.001 - Comissões sobre Vendas
- 3.3.1.006 - Fretes e Carretos
- 3.3.1.007 - Material de Embalagem
- 3.3.1.008 - Propaganda e Publicidade
- 3.3.1.009 – Despesas c/ Devedores Duvidosos

### 3.3.2 – Despesas Administrativas

- 3.3.2.001 - Aluguel
- 3.3.2.002 - Energia Elétrica
- 3.3.2.003 - Água
- 3.3.2.004 - Correios
- 3.3.2.005 - Depreciações
- 3.3.2.006 - Amortizações
- 3.3.2.007 - Fretes e Carretos
- 3.3.2.008 - Material de Expediente
- 3.3.2.009 - Prêmios de Seguro
- 3.3.2.010 - Comunicações
- 3.3.2.011 - Impostos e Taxas
- 3.3.2.012 - Serviços de Terceiros
- 3.3.2.013 - Multas Fiscais
- 3.3.2.014 - Salários
- 3.3.2.015 - Honorários da Diretoria
- 3.3.2.016 - Décimo Terceiro Salário
- 3.3.2.017 - Encargos Sociais
- 3.3.2.018 - Férias

### 3.3.3 – Despesas Financeiras

- 3.3.3.001 - Despesas Bancárias
- 3.3.3.002 - Juros Passivos
- 3.3.3.003 - Descontos Concedidos

### 3.3.4 – Outras Despesas Operacionais

- 3.3.4.001 - Prejuízo de Participação em outras Cias
- 3.3.4.002 - Despesas Eventuais

## **4 - RECEITAS**

### **4.1 – RECEITAS OPERACIONAIS**

#### 4.1.1 – Receitas de Vendas

- 4.1.1.001 – Venda de Mercadorias
- 4.1.1.002 – ( - ) Vendas Anuladas
- 4.1.1.003 – ( - ) ICMS sobre Vendas
- 4.1.1.004 – ( - ) PIS sobre Faturamento

#### 4.1.2 – Receitas Financeiras

- 4.1.2.001 - Rendimentos de Aplicações Financeiras
- 4.1.2.002 - Descontos Obtidos
- 4.1.2.003 - Juros Ativos

#### 4.1.3 – Outras Receitas Operacionais

- 4.1.3.001 - Lucros de Participações em Outras Cias
- 4.1.3.002 - Reversão de Provisão Para Devedores Duvidosos
- 4.1.3.003 - Receitas Eventuais

## 5 – CONTAS DE APURAÇÃO DE RESULTADOS

### 5.1 – APURAÇÃO DE RESULTADO

#### 5.1.1 – Apuração de Resultado

5.1.1.001 - Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)

5.1.1.002 - Resultado com Vendas de Mercadorias (RVM)

5.1.1.003 - Apuração do Resultado do Exercício (ARE)

## 2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL

O valor dos impostos e contribuições recuperáveis não se inclui no custo das mercadorias.

Desta forma, o ICMS destacado na aquisição de mercadoria para revenda deve ser excluído do custo de aquisição, contabilizando-se o valor correspondente em conta própria do ativo circulante. Esse procedimento faz com que a mercadoria adquirida ingresse no estoque da empresa pelo seu valor líquido, ou seja, sem o ICMS incluso no valor da Nota Fiscal.

O mesmo se pode afirmar sobre a contabilização do PIS e COFINS, quando recuperáveis.

No caso do IPI, se a empresa não tiver direito a crédito desse imposto, o valor correspondente integrará o custo de aquisição das mercadorias.

Livro Diário

Lançamentos

D- B/C/M	600.000
C- Capital Social	600.000
D- Máquinas	50.000
C- B/C/M	50.000
D- Duplicatas a pg	6.000
C- B/C/M	6.000
D- Imóveis	150.000
C- B/C/M	150.000

## CONCLUSÃO

Releva-se aqui a importância da elaboração por parte das empresas do plano de contas, pois é através dele que serão realizadas todas as demonstrações contábeis e que serão geradas as informações que cada usuário necessita.

E baseado nas informações geradas pela contabilidade que o gestor poderá analisar a situação da empresa atualmente e projetar rumos para a organização. Elaborar um plano de contas requer alguns cuidados, devendo ser levado em conta o tamanho da empresa, o seu ramo de atividade, o sistema contábil utilizado e as informações que seus usuários necessitam.

Deve-se atentar ainda ao modo de como o plano de contas será elaborado, sendo que a sua estrutura deverá apresentar as informações de modo automático, a fim de se evitar o retrabalho e a redundância de dados, propiciando também a informação no grau de detalhamento necessário, proporcionando maior compreensão e decisão por parte dos usuários.

## REFERÊNCIAS

- CASTILHO et al. Introdução à lógica contábil. São Paulo: Saraiva, 2010. CREPALDI, S.A. Curso básico de contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL lei nº.6.404, de quinze de dezembro de 1976. Dispõe sobre a sociedade por ações. 1976 Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm).
- MARION,J.C. Contabilidade Básica. 8. Ed São Paulo. Atlas, 2006.
- MELO, M.M. de BARBOSA,S, Demonstrações Contábeis. Rio de Janeiro, Maria Augusta Delgado, 2018.
- MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 289 p.
- RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral fácil: para cursos de contabilidade e concursos em geral. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 475 p.